

SÍNTESE POLÍTICA

SISTEMA PARLAMENTARISTA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Em nossa política interna, os últimos meses caracterizam-se pela tentativa de adaptação ao novo sistema parlamentarista, que assumiu entre nós uma forma híbrida e cuja prática ainda continua a ser dificultada pelo "destêrro" da capital em Brasília. Nossa política externa veio tentando novos rumos, que não se inserem na velha tradição de solidariedade continental iniciada com a Independência, em 1822, e corroborada pela atuação de nossos maiores estadistas. A visita do Presidente JOÃO GOULART aos Estados Unidos poderá, talvez, contribuir para retificar o que há de aberrante nesses novos rumos. Em todo caso, os meses que ainda nos separam das eleições de outubro se anunciam difíceis.

COM a inopinada renúncia do Sr. JÂNIO QUADROS, o país recaiu numa tremenda crise, da qual só agora começa em parte a emergir.

O sistema constitucional foi mesmo alterado por emenda à Lei Magna, instituindo-se uma espécie de parlamentarismo. Dizemos assim porque do Presidente da República não se suprimiram certos poderes executivos. Nem sequer se poderia afirmar com fundamento que ele se tornou apenas o Che-

fe do Estado, exercendo as atribuições que a êste compete, mas não outras além delas.

O Sr. TANCREDO NEVES, que ocupa o lugar de Primeiro Ministro, declarou com razão que o nosso parlamentarismo é híbrido.

Não é êste o lugar de realçar o parlamentarismo ou o presidencialismo, ou de cotejá-los, mas simplesmente de assinalar que a transformação foi limitada no que concerne à verdadeira organização de um Governo de Gabinete.

De qualquer modo, a alteração teve o mérito de aplacar as resistências opostas por fortes núcleos militares à posse do Sr. JOÃO GOULART. E, assim, o Brasil logrou escapar aos riscos da guerra civil, a cuja beira nos encontramos naqueles dias de agosto do ano passado.

Com as dificuldades naturais a todas as adaptações, o novo sistema começou a funcionar, felizmente sem maiores atritos. Os brasileiros revelaram, neste passo, sua proverbial capacidade para o ofício da política.

Um dos maiores contratempos para o serviço público decorre de haver sido a sede oficial transferida para Brasília, que, dois anos depois de inaugurada, continua um verdadeiro destêrro. Mora lá ou vai lá todas as semanas quem não tem outro remédio. Basta abrir os jornais para ver-se como as queixas são generalizadas e justas. O Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK, o *creator Brasiliae*, de raro em raro ali aparece.

2. A partir do Sr. JÂNIO QUADROS, a política externa do nosso país entrou numa estranha vereda. Desde os primórdios de nossa Independência — e até antes dela — sempre nos comportamos naquele plano com dois sentidos: o do interesse nacional e a preocupação de sustentarmos e até ampliarmos a comunidade das Américas, de modo que ela se constituísse num todo orgânico, sem prejuízo das nossas soberanias, antes com vantagem para elas.

Essa constituiu a nossa invariável diretiva no referente às relações internacionais. Política sábia que nos deu as maiores glórias e

atendeu às nossas maiores conveniências.

Cumpra assinalar que homens, como o BARÃO DO RIO BRANCO, de formação intelectual européia, se tornaram tenazes propugnadores do sistema continental.

Convém lembrar que algumas censuras surgiram aqui no começo deste século, devido a uma aproximação mais completa entre o Brasil e os Estados Unidos, inclusive pela elevação a Embaixada de nossa representação diplomática em Washington.

O Presidente RODRIGUES ALVES, em sua mensagem anual ao Congresso, exprimiu-se, a respeito, com as seguintes palavras: "Tenho grande satisfação em ver que cada vez mais se estreitam as relações de cordial amizade entre o Brasil e os Estados Unidos. Concorrendo para isso, não tenho feito mais do que seguir a política traçada desde 1822 pelos fundadores da nossa Independência e invariavelmente observada por todos os Governos que tem tido o Brasil".

E assim fôra realmente. Mesmo antes de 7 de setembro o Patriarca JOSÉ BONIFÁCIO promoveu a nomeação de um Encarregado de Negócios nosso nos Estados Unidos. Esta, a primeira nomeação diplomática feita pela Príncipe Regente, a conselho de JOSÉ BONIFÁCIO, seguida de duas idênticas: para Londres e Paris.

Foi o dos Estados Unidos o primeiro Governo que reconheceu a nossa Independência.

O pensamento da monarquia era ainda mais amplo. Em suas instruções a JOSÉ SILVESTRE REBELO (segundo Encarregado de Negó-

cios designado para Washington, pois o primeiro não pôde seguir), o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros (CARVALHO E MELO, 1824) determinou-lhe que sondasse o Governo norte-americano no sentido de estabelecer com o nosso uma liga ofensiva e defensiva.

Essa proposta teve andamento, mas os Estados Unidos não a acolheram, pois considerações de ordem política interna não lhes permitiram entrar na negociação do pacto sugerido.

Entretanto, já em dezembro de 1828 era assinado, no Rio de Janeiro, o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre os dois países.

Naquela época, o eixo da grande política universal cruzava pelos meridianos de Londres e Paris. Os Estados Unidos ainda não haviam atingido o grau de influência, que passaram a desfrutar a partir da I Grande Guerra.

Apesar disso, um homem público do talhe de TAVARES BASTOS chegou a escrever em uma de suas célebres *Cartas do Solitário*: "Queremos chegar à Europa? Aproximemo-nos dos Estados Unidos. É o caminho mais perto, por essa linha curva".

E, falando à Câmara em 1862, confirmou: "Estou convencido de que, mesmo sob o ponto-de-vista político, as relações com os Estados Unidos da América são as que mais convêm ao Brasil. Devemos cultivá-las e desenvolvê-las".

Os testemunhos dessa orientação poderiam ser fartamente multiplicados. Bastaria, para isso, compulsar a história do Brasil.

O BARÃO DO RIO BRANCO não via as coisas apenas do ponto-de-

vista político. Em um de seus notáveis artigos (assinados com pseudônimo) no *Jornal do Comércio*, chamou a atenção dos brasileiros para "as intrigas e pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos adversários de ocasião". "Tôdas essas manobras" — ajuntou ele — "desde 1827 até hoje sempre encontraram invencível barreira na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores".

Até o fim da II Grande Guerra, a estreita amizade e colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos não sofria senão contestações esporádicas. Depois, entretanto, que a U.R.S.S. resolveu dividir o mundo e preparar a penetração das idéias marxistas nos países democráticos, por toda parte os partidos comunistas, cuja cabeça se acha no Kremlin, iniciaram infatigável campanha contra os Estados Unidos. Tudo lhes serve de pretexto. Este dispositivo tático visa a enfraquecer a grande República do Norte deste hemisfério, a incompatibilizá-la com as populações locais, a apontá-la como responsável pelos males de que elas padecem. Manobra tremendamente perigosa porque é feita aparentemente no interesse das áreas atrasadas, principalmente as da América. Os propagandistas vermelhos atribuem aquele atraso à cobiça dos trustes norte-americanos e britânicos, acusados de sugar tôdas as vantagens, desprezando os interesses de suas vítimas.

Aqui mesmo no Brasil formouse o chamado nacionalismo, que, via-de-regra, não passa de um disfarce do partido comunista. Claro está que o nacionalismo, como estímulo de defesa da soberania e do progresso de cada povo, é um sentimento respeitável e útil. Não assim o que praticam agentes ou subagentes de Moscou, que não pretendem senão abrir as nossas portas à entrada da revolução vermelha.

Estas explorações prosperam sobretudo nas fases pré-eleitorais. Daí, o perigo em que se encontra atualmente o nosso país, sobretudo depois da crise do ano passado.

Mereceu, por isso, encômios a deliberação do Sr. JOÃO GOULART de visitar os Estados Unidos, a convite do Presidente KENNEDY.

Desde que assumiu o cargo, o Sr. GOULART tem aparentemente procurado atenuar os exageros demagógicos, em que são useiros e vezeiros os líderes de seu partido, sobretudo quando condenam a tradicional política de colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos. Não vale a pena indagar por que S. Excia. tomou essa deliberação. Cremos que ela se deve à noção de que uma coisa é fazer o jôgo oposicionista; outra, muito diferente, enfrentar as responsabilidades do Poder.

Seja como fôr, a "iancofobia" vem sofrendo profundo desgaste; e a ida do Presidente da Repúbli-

ca aos Estados Unidos dissipou muitas incompreensões e desentendimentos recíprocos. KENNEDY comportou-se na altura que era de esperar, e os primeiros resultados práticos aí estão em medidas de ajuda financeira e outras igualmente úteis ao nosso país.

Sem dúvida, tem o Governo norte-americano o maior interesse em fazer conosco uma frente comum de cooperação e defesa. Isso, porém, não escurece as conveniências, para o Brasil, de uma aproximação mais estreita.

Os Estados Unidos precisam de nós, mas também nós precisamos deles. Somos forças que se completam e que, unidas, seremos capazes de manter a paz no Continente e promovermos o nosso desenvolvimento em todos os planos. Não só no econômico.

Está claro que a atitude do Sr. GOULART granjeou força para o seu Governo e restabeleceu a tranqüilidade interna, que parecia diretamente ameaçada pelas manobras do comunismo-nacionalismo.

Resta ver até quando durará este estado de coisas, esta espécie de lua-de-mel internacional, e até onde se prolongarão seus efeitos benéficos.

Porque não haja dúvida: o Sr. BRIZOLA e seus equivalentes ainda não capitularam, e daqui até as eleições de 7 de outubro ainda teremos de atravessar cinco meses difíceis.